

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

OS TRABALHADORES ESTÃO A PERDER O EMPREGO, DIREITOS E RENDIMENTOS E A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL ESTÁ-SE A AGRAVAR, EMBORA O “CORONAVIRUS” SEJA A CAUSA PRÓXIMA, ELE ESTÁ A SERVIR PARA JUSTIFICAR E OCULTAR A DESTRUIÇÃO DE DIREITOS E RENDIMENTOS DOS TRABALHADORES E A DESORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para se poder compreender a dimensão da perda de direitos e de rendimentos que estão a sofrer a esmagadora maioria dos trabalhadores, é importante conhecer o que aconteceu em relação à situação dos trabalhadores nos últimos anos em Portugal, sob a capa do “saneamento financeiro e da recuperação económica” tão apregoada pelos governos de Passos Coelho/Portas e de António Costa/Centeno e pelos seus defensores na comunicação social. O Ministério do Trabalho acabou de publicar os dados dos quadros pessoal, que abrangem os trabalhadores do setor privado, referentes ao período 2008/2018. E a realidade verificada neste período, quanto a salários e condições de vida dos trabalhadores, é bem diferente daquela que o governo e seus defensores pretendem fazer passar junto à opinião pública.

OS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES DIMINUIRAM EM 2008/2018, COM EXCEÇÃO DOS SALÁRIOS MAIS BAIXOS O QUE REVELA BEM O TIPO DE “DESENVOLVIMENTO” NESSES ANOS

Os dados do quadro 1 sobre a evolução das remunerações base nominais dos trabalhadores do setor privado são do Ministério do Trabalho, dados oficiais que ninguém pode acusar de serem inventados.

Quadro 1 - Remuneração nominal base média mensal de acordo com nível de escolaridade -2008/2018				
ANO	<1.º ciclo do ensino básico	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
2008	540 €	645 €	887 €	1 658 €
2009	556 €	660 €	897 €	1 666 €
2010	568 €	678 €	916 €	1 675 €
2011	572 €	680 €	910 €	1 652 €
2012	576 €	682 €	908 €	1 629 €
2013	576 €	679 €	893 €	1 598 €
2014	584 €	681 €	881 €	1 567 €
2015	593 €	686 €	874 €	1 551 €
2016	608 €	696 €	873 €	1 550 €
2017	622 €	714 €	878 €	1 552 €
2018	648 €	738 €	891 €	1 571 €
2008/2018 - Em €	108 €	94 €	5 €	-87 €
2008/2018 - Em %	20,1%	14,5%	0,5%	-5,3%

FONTE : Quadros de Pessoal - 2018 - GEE - Ministério do Trabalho

Entre 2008 e 2018, o **salário base médio nominal**, portanto antes de quaisquer descontos ou da dedução do efeito corrosivo do aumento de preços, dos trabalhadores com ensino secundário (1,4 milhões) praticamente estagnou (teve um aumento ridículo de +0,5%) e os com o ensino superior (1,38 milhões) até diminuiu (-5,3%). Apenas aumentaram as remunerações base dos trabalhadores com menos escolaridade e menos qualificação (até ao 1º ciclo do ensino básico: +20,1%; e do ensino básico: +14,5%). Tem-se falado muito em recuperação de rendimentos, mas como os dados do próprio Ministério do Trabalho mostram a realidade é bem outra: a maioria dos trabalhadores portugueses do setor privado, nomeadamente os com o nível de escolaridade mais elevada, e naturalmente com maior qualificação sofreram uma estagnação ou mesmo uma redução nas suas remunerações base médias **nominais**. Esta é a verdade que os próprios dados divulgados pelo Ministério do Trabalho revelam.

E se a análise for feita não com base na **remuneração base média nominal**, como foi aquela que realizamos, mas sim com base no “**Ganho médio mensal nominal**”, as conclusões não são diferentes. Segundo as estatísticas também divulgadas pelo Ministério do Trabalho, que estão acessíveis aos leitores que as queiram consultar em <http://www.gep.mtsss.gov.pt/inicio>, entre 2008 e 2018, o **Ganho médio mensal nominal**, que inclui tudo aquilo que o trabalhador recebe, e não apenas a remuneração base, aumentou 21,6% para os trabalhadores com 1º ciclo básico ou menos; subiu 16% para os trabalhadores com o ensino básico, mas para os trabalhadores com o ensino secundário cresceu apenas 1,1% em 10 anos, e para os com o ensino superior diminuiu em 4,2%.

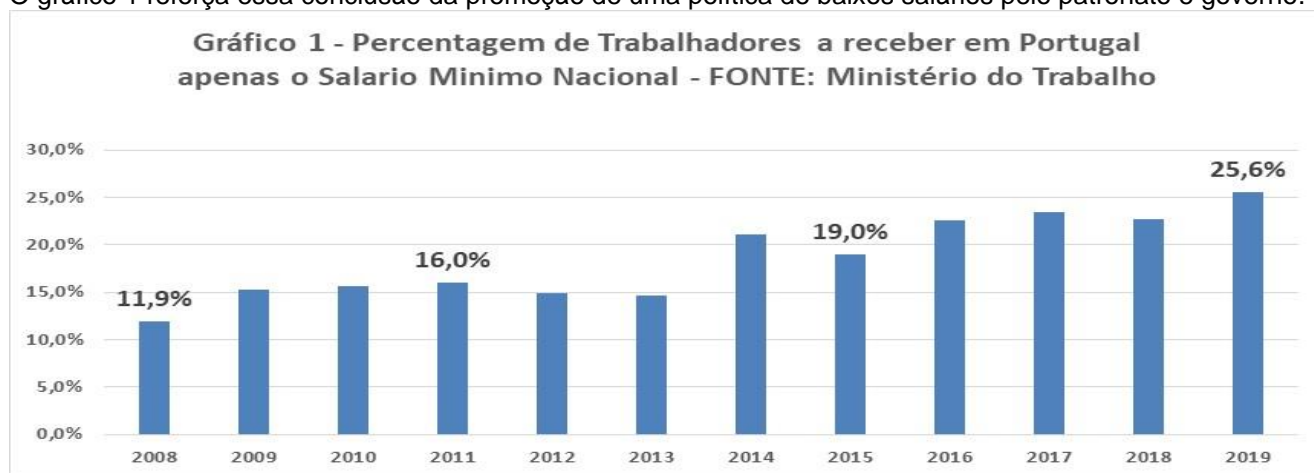
A REDUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES MÉDIAS BASE FOI MUITO MAIOR EM TERMOS REAIS, OU SEJA, A PERDA DE PODER DE COMPRA NO PERÍODO 2008/2018 FOI ELEVADA

Mas a realidade neste campo, cujas consequências foram e são dramáticas para o país, têm uma dimensão muito mais grave se a análise for feita tendo como base as remunerações médias líquidas, ou seja, aquilo que os trabalhadores levam para casa para viverem, e se entrarmos também com efeito do poder corrosivo da inflação, ou seja, se análise for feita em relação à evolução do poder de compra da remuneração base média mensal líquida neste período (2008/2018). O quadro 2 permite ficar a saber o que aconteceu neste período nesse campo. O cálculo é feito com base em dados do Ministério do Trabalho e do INE.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Quadro 2 - Variação do poder de compra da remuneração base média líquida entre 2008 e 2018 segundo o nível de escolaridade em Portugal				
ANO /NÍVEL DE ESCOLARIDADE	<1.º ciclo do ensino básico	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
2008- Remuneração base ilíquida (antes dos descontos para a Segurança Social e IRS)	540 €	645 €	887 €	1 658 €
2008- Remuneração base líquida (depois dos descontos para a Segurança Social e IRS)	480 €	561 €	736 €	1 244 €
2018- Remuneração base ilíquida (antes dos descontos para a Segurança Social e IRS)	648 €	738 €	891 €	1 571 €
2018- Remuneração base líquida (depois dos descontos para a Segurança Social e IRS)	564,4 €	623,9 €	732,6 €	1 120,2 €
2018 - Remuneração base líquida real a preços de 2008 (após a dedução do efeito do aumento de preços entre 2008 e 2018 que foi de 10,4% segundo o INE)	511,4 €	565,3 €	663,8 €	1 014,9 €
VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LÍQUIDA DOS TRABALHADORES DO SETOR PRIVADO ENTRE 2008 E 2018	6,4%	0,8%	-9,8%	-18,4%

Entre 2008 e 2018, o poder de compra da remuneração base média líquida dos trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico ou menos aumentou 6,4%; os com o ensino básico cresceu 0,8%, mas os trabalhadores com o ensino secundário viram o poder de compra das suas remunerações líquidas diminuir 9,8%, e os com o ensino superior sofreram uma redução no seu poder de compra de 18,4%. O gráfico 1 reforça essa conclusão da promoção de uma política de baixos salários pelo patronato e governo.



Entre 2008 e 2011, a percentagem de trabalhadores a receber apenas o Salário Mínimo Nacional aumentou de 11,9% para 16%. Durante o período da “troika” e do governo PSD/CDS (2011/15) subiu para 19% apesar de ter sido congelado durante vários neste período, e com a entrada em funções do governo PS/Costa a subida tornou-se ainda mais rápida atingindo 25,6% em 2019 e é de prever que, em 2020, com a subida do Salário Mínimo Nacional para 635€, aquela percentagem suba muito mais. O que se tem promovido em Portugal é um crescimento económico e um “desenvolvimento” ilusório e pouco sustentado, baseado em baixos salários, e na sobre-exploração dos trabalhadores com níveis de escolaridade e de qualificações mais elevadas pelas entidades patronais, sobre-exploração essa consentida e mesmo promovida pelos próprios governos de que são exemplos comprovativos os cortes, os congelamentos e os aumentos de miséria das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas como foi o aumento de 0,3% em 2020, e a ameaça de novo congelamento das remunerações em 2021. Daí a fuga maciça para o estrangeiro de trabalhadores com o nível de escolaridade e qualificações mais elevadas, o que levou centenas de milhares de trabalhadores com o ensino superior, e não só, a abandonarem o país e a irem para outros países na procura de condições da vida que lhe eram negadas no seu próprio país. Daí também os graves problemas que o país que enfrenta agora, pois ficou extremamente fragilizado com tal política de rendimentos e de crescimento económico não sustentável, e confrontado com uma grave crise económica e social causada pelo “coronavirus” já que não se encontra minimamente preparado, em que a desorganização económica e social é preocupante e assustadora face a um governo que se tem revelado incapaz de definir uma estratégia clara e mobilizadora, e que está à espera do milagre dos milhões € da União Europeia..

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL É PROFUNDA E NÃO PÁRA DE SE AGRAVAR, A DESORGANIZAÇÃO E A QUEBRA DA ATIVIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É GRANDE POR FALTA DE ORIENTAÇÕES CLARAS DO GOVERNO, E O “CORONAVIRUS” ESTÁ A SERVIR PARA OCULTAR TUDO ISSO

O frágil e insuficiente crescimento da economia portuguesa, assim como o seu “desenvolvimento distorcido” baseado fundamentalmente em baixos salários e na sobre exploração dos trabalhadores com qualificações mais elevadas, o que obrigou a centenas de milhares a abandonar o país, resulta do baixo investimento, tanto privado como público, que não foi nem é suficiente para compensar aquele que é destruído pelo uso e pela obsolescência (o chamado “Consumo de Capital Fixo”). O quadro 3, construído com dados do INE, mostra o resultado de uma política de investimento tanto privada como pública suicida que contribuiu para conduziu o país à situação em se encontra e explica a política de baixos salários e de sobre exploração dos trabalhadores mais qualificados.

Quadro 3- Investimento Total (Público e Privado) e Investimento Público Total, e Consumo de Capital Fixo Total e Público -2012/2018						
ANO	INVESTIMENTO TOTAL E CONSUMO DE CAPITAL FIXO TOTAL DO PAÍS (inclui Privado e Público)			INVESTIMENTO TOTAL PÚBLICO E CONSUMO DE CAPITAL FIXO TOTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
	Investimento Total (FBCF) - Milhões €	Consumo de Capital Fixo (CCF) - Milhões €	SALDO (FBCF-CCF) Milhões €	Investimento Público Total (FBCF) - Milhões €	Consumo de Capital Fixo (CCF) Milhões €	SALDO (FBCF-CCF) Milhões €
2012	26 631	30 168	-3 537	4 158	5 141	-983
2013	25 150	29 630	-4 480	3 701	4 981	-1 280
2014	26 013	30 215	-4 202	3 446	4 995	-1 548
2015	27 886	30 986	-3 099	4 045	5 126	-1 080
2016	28 893	32 137	-3 244	2 875	5 123	-2 248
2017	32 888	33 853	-966	3 496	5 236	-1 740
2018	35 841	35 522	319	3 795	5 340	-1 545
2012-2015 (governo PSD/CDS)	105 681	120 998	-15 317	15 351	20 243	-4 891
2016-2018 (Governo PS)	97 622	101 512	-3 890	10 166	15 699	-5 533

FONTE: CNAIP - INE - 2019 e Principais agregados das Administrações Públicas - INE -2019

A nível do país, em 4 anos de governo PSD/CDS (2012/2015), o Investimento Total (*inclui Privado e Público*) foi inferior ao “Consumo de Capital Fixo”, ou seja, àquilo que desapareceu pelo uso e pela obsolescência, em 15.317 milhões €. E nos 3 anos seguintes de governo PS/Costa/Centeno, aconteceu o mesmo embora com menor dimensão. Entre 2016 e 2018, o novo Investimento (privado e público) somou em todo o país 97.622 milhões €, enquanto o “Consumo de Capital Fixo” foi de 101.512 milhões €. A destruição, a não renovação e a não modernização do aparelho produtivo nacional foi enorme tanto com o PSD/CDS como com o PS. Na Administração Pública a situação ainda foi mais grave. Entre 2012 e 2015 (*4 anos de governo PSD/CDS*), o Investimento Público somou 15.351 milhões € e o Consumo de Capital Fixo atingiu 20.243 milhões €, o que significa 4.891 milhões € de equipamentos degradados ou destruídos não foram substituídos. Entre 2016 e 2018, (*3 anos de governo PS*), o Investimento Público foi apenas de 10.166 milhões €, enquanto o Consumo de Capital Fixo público atingiu 15.699 milhões €. Assim, 5.533 milhões € de equipamentos públicos degradados ou destruídos (*escolas, hospitais, pontes, transportes públicos, etc.*) não foram nem renovados, nem substituídos.

Mesmo os fundos comunitários que podiam ser utilizados para colmatar a falta de investimento nacional não foram utilizados. Segundo o nosso estudo 28-2020, disponível em www.eugeniorosa.com, a U.E. disponibilizou fundos comunitários para utilizar, no período 2014/1ºT.2020, no total de 24.793 milhões €, mas Portugal, até ao 1º Trim.2020, utilizou 12.054 milhões € (*48,6% do total*). E 2020 é o último ano do “Portugal 2020”. Uma das razões para isso acontecer é a falta de investimento nacional público e privado, pois para utilizar os fundos comunitários é preciso que os padrões privados e o Estado entrem com a sua parte nacional. Como não entram, os fundos ficam por utilizar. Eis a explicação para o milagre de “*contas certas*” de Costa/Centeno (*cortes no investimento público*) e dos padrões portugueses no trabalho barato e na sobre exploração dos trabalhadores qualificados.

UM GOVERNO DESORIENTADO, QUE MULTIPLICA SUBSÍDIOS E MORATÓRIAS, CRIANDO BOMBAS AO RETARDADOR, QUE PERMITE A DESORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTINUA À ESPERA DO MILAGRE DOS MILHÕES € DA U.E., E PADRÕES QUE QUEREM VIVER À CUSTA DO ESTADO E DA DESTRUÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A recuperação da economia, com o medo que se instalou na sociedade portuguesa devido ao “coronavírus”, em que muitos portugueses receiam sair de casa e ir trabalhar, vai ser muito mais lenta e difícil que as previsões oficiais otimistas previam. Basta percorrer as lojas e restaurantes de Lisboa, a maioria abertos mas sem clientes. A “**Síntese INE@COVID-19**” de 14 de julho confirma também isso. **Vejamos alguns dados de Maio/2020, divulgados nessa publicação do INE, que compara com o período homólogo de 2019: Volume de negócios da indústria: -31,2%; Investimento total (ano) -10%; Volume de negócios serviços: -31,3%; Alojamento e restauração: -73,1%; Transportes e armazenagem: -44,7%; Exportações: -39%; Importações: -40,2%.** É o descalabro económico e social se isto continua. A juntar a isto verifica-se uma desorganização na Administração Pública, onde por falta de orientações claras e assertivas do governo, as chefias fazem o que querem, implementam o teletrabalho de uma forma desorganizada, mandando para casa, muitas vezes onde se incluem eles próprios, muitos trabalhadores sem instituir qualquer instrumentos de controlo para garantir o funcionamento da Administração Pública e os serviços à população e para incutir nela (AP) um sentimento de confiança no futuro com um comportamento de segurança. Mesmo no SNS, retirando o que com dedicação e risco dos profissionais combatem o COVID 19, no resto acumulam-se centenas de milhares de consultas, de exames e de cirurgias que nem se marcam ou ficam por fazer (*Em março, abril e maio, registaram-se menos três milhões de consultas nos cuidados primários (uma quebra de 57%), menos 900 mil consultas nos hospitais (menos 38%), menos 900 mil cirurgias, e uma redução de 44% no acesso às urgências, e milhares de exames de diagnóstico ficaram por realizar, segundo a Ordem dos Médicos, JE, 18/7/2020*). Tudo isto é escondido pelo COVID19. O governo aprova um orçamento suplementar que ignora a profunda crise que o país está mergulhado. O teletrabalho, o “lay-off”, a redução do horário de trabalho com a diminuição do salário são utilizados, nesta crise, para reduzir os rendimentos aos trabalhadores, para destruir direitos (*à privacidade, à vida familiar, a um horário de trabalho*), para criar a insegurança e os levar a aceitar tudo. Com o pretexto da crise e da conciliação do trabalho com a vida familiar tudo isto está a ser destruído, aproveitando o medo e a insegurança em que estão mergulhados os trabalhadores. Mais importante que debater “**O Teletrabalho e a automação**”, o que era necessário era debater como é que esta crise causada pelo “coronavírus” está a ser utilizada para instalar o medo entre os trabalhadores, para os isolar e os fragilizar, e levá-los à aceitar passivamente a destruição de direitos, pois o “teletrabalho e a automação” são apenas **um** instrumento utilizado com aquele objetivo mais amplo.

Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 18-7-2020